

Do seu povo, em cujo carácter e formação histórica se poderia encontrar base que facilitasse o diálogo entre povos e culturas diferentes, os elementos com melhor formação académica foram usados por Portugal para enquadrar a administração colonial nas "províncias ultramarinas" funcionando como receptáculo do ódio das populações, o que, v.g., forneceu a Spínola os argumentos para o programa anti-caboverdeano no âmbito da sua política "para uma Guiné - melhor"; (5) nos últimos anos da colonização, numa manobra de objectivos múltiplos: consolidar a presença portuguesa nas ilhas; afastar a Guerra da "Metrópole", aumentar a operacionalidade do exército colonial, iniciou-se um vasto programa de transformação do arquipélago em base aero-naval no flanco sul do Atlântico Norte. A independência interrompeu o programa de investimentos militares que compreendia instalações para a base naval, hospital de concentração das vítimas da guerra colonial, central de telecomunicações, etc.

O breve quadro atrás traçado demonstra que a política de paz e diálogo constitui o carácter distintivo da existência de Cabo Verde como país independente, uma verdadeira opção, no sentido de Kierkegaard. Por ela inverte-se completamente o sentido do uso histórico das ilhas e pretende transformar-se o país, que se equipava para ser "espinho cravado no dorso de África", em terra que favoreça a solução negociada dos diferendos entre os Estados. Essa política foi traçada tendo por alicerces os pressupostos filosóficos e a prática diplomática do movimento de libertação no poder e por objectivos últimos a consolidação da independência e a promoção do progresso do país.

II. A FILOSOFIA POLÍTICA E A PRAXIS DIPLOMÁTICA DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

1. A herança de Cabral: Um movimento de libertação em busca de paz

É na filosofia e na praxis política e diplomática do Movimento de Libertação que conduziu o povo caboverdeano à independência, o PAIGC, que se encontram as raízes, os fundamentos teóricos e a experiência formativa e comprovativa dessa opção de PAZ.

Ao expôr as razões da libertação nacional: Acabar com a dominação e opressão política estrangeira, a exploração económica, o desprezo pelo homem africano, a negação da nação, o PAIGC esclareceu a via que propunha para a sua

realização: A via pacífica, através de negociações com o Governo Português por forma a poupar sacrifícios inúteis e salvaguardar as possibilidades de uma cooperação amiga entre os povos africanos e o povo de Portugal. No memorandum do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, dirigido ao Governo Português a 15 de Novembro de 1960, 3 dias após o Conselho de Tutela da ONU declarar as colónias portuguesas territórios não autónomos e reafirmar as obrigações do Governo Português perante a ONU e para com os povos desses territórios, o PAIGC declara que "encararia com agrado a solução do conflito que o opõe ao Governo Português, por via de negociação". "Acreditamos no interesse e na possibilidade real duma solução pacífica do conflito que opõe os nossos povos ao Governo português...por uma simples questão de bom senso, esse Governo não chegará por certo a cometer o erro de empurrar o povo de Portugal para o sacrifício inglório e vão duma guerra colonial na Guiné e Cabo Verde". Nesse mesmo documento apresenta ao Governo português uma proposta detalhada de um processo político de independência. (6) A 3 de Agosto de 1961, ao proclamar a acção directa, "em face da oposição ferozmente negativa do Governo português que se recusa a adoptar uma solução pacífica", reitera a vontade dos nossos povos de procurar a todo o momento, por via de negociação, uma solução política para o conflito. (7).

Em Outubro de 1961, perante o silêncio de Lisboa, o PAIGC, em "Nota Aberta ao Governo português, interpretando as justas aspirações dos nossos povos à independência nacional, à paz, ao progresso e à colaboração pacífica... toma a iniciativa de propor ao Governo Português que resolva pela via pacífica..." (8)

Finalmente, em Junho de 1962, num relatório apresentado perante a Comissão Especial da ONU para os territórios administrados por Portugal, Cabral reafirma uma vez mais a opção do povo da Guiné pela via da negociação (9) e declara que "a possibilidade de uma solução pacífica do conflito que opõe o povo da Guiné ao Governo Português depende principalmente, se não exclusivamente, desse Governo.

Às propostas do PAIGC, claramente formuladas nos documentos atrás referidos, o Governo colonial português respondeu reforçando as forças militares e policiais na Guiné e desencadeando nessa colónia uma vasta operação repressiva.

Essa atitude correspondia às acções realizadas pelo Governo de Lisboa nas demais colónias africanas em resposta à reivindicação das populações e mais

não eram que consequência lógica da política de "aguentar! aguentar!" proclamada por Salazar perante os seus correligionários da União Nacional de Maio de 1959. Em todas as colónias incrementou-se a repressão política, multiplicou-se a prática de demonstrações de poderio militar e intensificaram-se os exercícios de treinamento.

Cegueira, intransigência e repressão foram os elementos essenciais do programa político adoptado pelo Governo colonial, que ignorava ostensivamente o sentido da corrente político-diplomática da época. Em Outubro de 1959, alguns meses após a grande vaga repressiva de Março, em que vários dirigentes do MPLA e dezenas de militantes foram presos em Luanda, B. Rebelo de Sousa, Subsecretário de Estado de Educação, declarava no fim de sua visita a Angola, "Levo comigo a imagem grandiosa de uma Angola a um tempo serena e progressiva onde velhos e novos, absorvidos num esforço de construção ímpar, labutam de olhos postos no futuro, numa lição exemplar de portuguesismo..." A 30 de Novembro de 1960, o Ministro do Interior Arnaldo Schultz declarava à imprensa que "Portugal manterá todos os seus territórios com todos os seus filhos vivos ou mortos." Nesse mesmo ano, 17 países africanos haviam acedido à independência; 15 dias depois dessa declaração bombástica, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptava, com o voto favorável de 80 países e nenhum contra, a célebre Resolução 1514, que reafirma o direito das nações à autodeterminação e à independência. No dia seguinte, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovava a Resolução 1542 que proclamava que as "ditas" províncias ultramarinas de Portugal eram territórios não autónomos na acepção do Capítulo VI da Carta. (10)

Simultaneamente, o Governo colonial estimulava o ódio entre as populações em confronto. O Governo tentou desenvolver um espírito ultra-nacionalista de resistência e de cruzada nos europeus, ao mesmo tempo que assegurava a impunidade das forças militares e para-militares. Não subestimava a coerência e a determinação do patriotismo africano. Tentava mobilizar forças para o quebrar antes que se alastrasse de forma irreversível. A repressão da revolta da Baixa do Cassange, nos fins de 1960 e início de 61, ronda os 10.000 mortos entre os angolanos; em Julho de 1961, centenas de trabalhadores moçambicanos são mortos a tiro em Mueda quando reclamavam melhores salários; a Guiné-Bissau teve também a sua parte. A 3 de Agosto de 1959, em Pidgiguiti, as autoridades coloniais massacraram dezenas de marinheiros que reivindicavam melhores condições sociais e económicas.

Essa reacção do Governo Português não se devia somente à teimosia de Salazar. Era-lhe imposta por condições inultrapassáveis no quadro político em que o regime se movia. O fascismo português, que sobrevivera à vassourada política do fim da II grande guerra, somente poderia aguentar-se se acoplado a um colonialismo primário, que enchia os seus cofres, fornecia matéria-prima e mercados para a sua economia, enriquecia a oligarquia e, devido a uma teia de cumplidades estabelecidas entre Portugal e importantes potências ocidentais, assegurava o apoio externo indispensável à manutenção do regime. Efectivamente, no plano interno, como declarava Cabral em Dakar, em 1961, (11) "se a queda do fascismo em Portugal pode não levar ao fim do colonialismo português - hipótese que é, aliás, apresentada por alguns dirigentes da oposição portuguesa - temos a certeza de que a liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal". Nas relações externas, não era a primeira vez que Portugal mercadejava as suas "possessões africanas" em defesa dos interesses internos. O duque de Palmela, por exemplo, - diz ainda Cabral - oferecera a cidade de Lourenço Marques à Grã-Bretanha em troca do auxílio desta à causa do liberalismo português". Aliás, sugerem já António Sérgio e Jaime Cortesão que a própria gênese da chamada epopeia colonial não se fundou no interesse de "solucionar os problemas básicos do alto comércio e da finança europeia". (12)

Além disso, Portugal não estava em condições de outorgar uma independência formal às suas colónias. Faltavam-lhe estruturas políticas e capacidade financeira a nível interno e, no que concerne as suas colónias, a política cega e anacrônica não conseguira promover uma elite cultural e politicamente assimilada capaz de assegurar o "relais" dos interesses da "Metrópole" como a França fizera em outros países africanos. A título de exemplo se dirá que, até 1960, somente 14 guineenses haviam realizado estudos superiores. Como dizia Cabral, "nessas condições de subdesenvolvimento político e económico, o desespero motivou o Governo Português a impôr ao seu povo e aos povos africanos sob seu domínio uma guerra", que viria durar 14 anos.

2. A guerra de libertação: o caminho imposto de uma opção de paz

Quando a 23 de Janeiro de 1963, um comando do PAIGC ataca o quartel de Tite desencadeando a luta armada na Guiné, a direcção política do PAIGC tinha tentado todas as vias de uma solução pacífica do conflito colonial.

Para o PAIGC, essa guerra que iria durar 11 anos e terminaria arrasando o fascismo, como Cabral profetizara em 1961, era uma guerra imposta pelo colonizador. Em Outubro de 1964, na mensagem conjunta dos movimentos de libertação nacional à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos países não-alinhados no Cairo, Cabral reafirmava a sua opção de paz e a absoluta adequação dessa opção a uma luta de libertação nacional..."queremos exprimir a nossa firme convicção de que a nossa luta, seja ela política ou armada, é igualmente uma expressão da grande luta pela coexistência pacífica e pela paz. Queremos aplicar, com rigor, uma política de coexistência pacífica e de paz com todos os povos e todos os Estados, mas consideramos, no que diz respeito aos nossos casos concretos, como condição prévia para esta política de coexistência e de paz, a nossa própria existência enquanto nações e Estados livres e independentes. Para coexistir é preciso, em primeiro lugar, existir..."

Importa referir que Cabral não perderia nenhuma ocasião para tentar promover negociações com Portugal. Esse empenho de paz vista por Cabral não só como ausência de guerra mas também como condition sine qua non do estabelecimento de relações amigáveis de cooperação com o povo português - determinou uma intensa e profícua diplomacia do PAIGC, plurifacetada e multidireccional, que consolidou a sua imagem perante a África e a opinião mundial, como movimento de libertação profundamente dedicado à busca da paz e progresso para os seus povos.

1. Perante a ONU

Da primeira vez que Cabral falou perante essa organização, em Junho de 1962, definiu as razões da sua presença em termos muito claros:..."Não estamos aqui para fazer propaganda nem para arrancar resoluções de condenação do colonialismo português. Estamos aqui para trabalhar convosco no sentido de obter uma solução concreta dum problema que é tanto nosso como da própria ONU - a libertação urgente do nosso povo do jugo colonial". "Não viemos para atacar com palavras o colonialismo português. Estamos fartos de atacar e de ouvir atacar e condenar o colonialismo português, cujas características, subterfúgios, processos e actos, são sobejamente conhecidos da ONU e da opinião mundial..."Viemos aqui para, na base da situação concreta do nosso país e apoiados nas leis internacionais, encontrar convosco, inclusivé com a própria delegação portuguesa, o caminho mais curto e mais eficaz para a liquidação urgente do colonialismo português na Guiné e em Cabo Verde".

Nessa altura, esclareceu as razões porque apelava para a ONU: "A Resolução sobre a descolonização não engajou apenas Portugal e o nosso povo a liquidar a dominação colonial do nosso país. Ela engajou a própria ONU a fazer tudo por liquidar a dominação colonial onde quer que ainda exista, para facilitar a acesso de todos os povos colonizados à independência nacional". (15) Cabral não podia ter muitas ilusões sobre as possibilidades reais da ONU. Homem avisado e atento às coisas mundiais, sabia que nas situações críticas da pós-guerra, nem o direito internacional nem a organização universal tinham sido capazes de prevenir ou solucionar conflitos armados. Como o sintetizara Dean Acheson no caso da crise de Cuba, "a sobrevivência dos Estados não é uma questão de direito." Os casos de Cuba, Vietnam, a guerra israelo-árabe, Congo, Coreia e Suez e, mesmo, as sucessivas intervenções das grandes potências em diversos assuntos de carácter interno de países independentes, alguns, membros da ONU, não deixavam muitas ilusões quanto à eficácia da organização.

Todavia, o PAIGC, forçado a lutar, entendia colocar a ONU perante as suas responsabilidades. Até porque essas responsabilidades que, até 14/12/60, podiam considerar-se definidas de forma imprecisa, esclareceram-se com a adopção da Resolução 1514 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Efectivamente, essa resolução proclamou "duas posições essenciais da doutrina jurídica em matéria de autodeterminação dos povos:

1º A sujeição dos povos à dominação e exploração estrangeiras constitui uma negação aos direitos fundamentais do homem, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundiais.

2º Serão adoptadas medidas imediatas para transferir todos os poderes aos povos dos territórios. (16)

Consequência lógica, a Declaração mandava no seu nº 4 - "será posto fim a toda acção armada e a todas as medidas de repressão dirigidas contra os povos dependentes".

Simultaneamente, Cabral conferia um conteúdo político e jurídico adequado à luta de libertação nacional. "Não lutamos apenas pela realização das nossas aspirações à liberdade e à independência nacional. Lutamos e lutaremos até à vitória para que as Resoluções da Carta das Nações Unidas sejam respeitadas". Ao cliché de "bandoleiro" e "terrorista" (17) sedento de sangue com que o Governo Português, amedrontando as suas gentes, tentava legitimar a guerra colonial, o PAIGC opunha a imagem correcta de combatentes anónimos da causa da ONU

(1) "somos e continuamos a ser, até à vitória, soldados anónimos da causa da ONU, embora não tenhamos ido nem ao Congo, nem a Chipre,..."

Essa diplomacia junto da ONU viria a dar os resultados, positivos se bem que após longos anos de luta armada: - Em 1961, a Assembleia Geral das Nações Unidas reafirmou o direito das populações das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência; em Dezembro de 1971, a AGONU adopta a resolução 2879 que aprova a visita da missão da ONU aos territórios libertados da Guiné-Bissau; - Em Fevereiro de 1972, Cabral dirige-se, acto inédito para um movimento de libertação, ao Conselho de Segurança reunido em Addis Abeba, que, em resolução adoptada a 4 de Fevereiro reconhecia "a legitimidade da luta dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau". Na resolução 5/322 de 22 de Novembro do mesmo ano, o Conselho reconhecia esses "movimentos de libertação como os legítimos representantes dos povos desses territórios e pedia a Portugal que entabulasse negociações com os representantes desses territórios". - A 14/11/1972, a AGONU, numa resolução adoptada por 104 votos contra 5, confirmava esse reconhecimento; - Em Dezembro de 1973, 93 Estados aprovam a resolução 3061 pela qual a Assembleia se felicitava pela criação do novo Estado soberano da Guiné-Bissau. - Em Setembro de 1974 a Guiné-Bissau é admitida na ONU, com base na legitimidade da luta de libertação reconhecida pelo Governo português a 26 de Agosto, em Argel.

2. Em relação à África

A diplomacia do PAIGC tinha que privilegiar a África, não só porque dela esperava apoio efectivo como também porque nela desenvolviam-se forças que entravavam o processo de libertação e que urgia, portanto, neutralizar. Os princípios que o PAIGC se propunha respeitar e os objectivos amplos da sua luta levaram-no a ter que dialogar, integrar ou demarcar-se de alguns outros grupos que surgiram na mesma altura. Para além disso, foi necessário dialogar continuamente e mover uma política de muito tacto com os vizinhos, como por exemplo, o Senegal.

O Senegal foi o primeiro exemplo de habilidade diplomática nas relações do PAIGC com "sistemas políticos e ideológicos diferentes". Senghor apoiava grupos fantoches e a conotação ideológica do PAIGC inspirava-lhe desconfiança. Tentou por todos os meios bloquear o seu avanço diplomático e no terreno.

Quando isso se revelou impossível, para agradar aos Portugueses tentou convencer o PAIGC a aceitar a independência por etapas no quadro de uma comunidade luso-africana. O estabelecimento de uma base de entendimento com Senghor foi essencial para o progresso da luta armada (apesar de nunca ter chegado a apoiá-la coerentemente), favoreceu a acção do Partido a nível da OUA, por causa do papel proeminente que esse país desempenhava no conjunto dos Estados francófonos, e foi de grande utilidade na ONU.

No Simpósio Internacional Amílcar Cabral, na Praia, de 17 a 20 de Janeiro de 1983, Senghor, ao "celebrar a figura ímpar de Cabral", diria: "Se num dado momento empenhei o Senegal, contra todos os riscos, no apoio, activo e irreversível da política revolucionária definida por Amílcar Cabral, foi porque este me convenceu".(19) Foi também importante o trabalho realizado a nível da ONU. Efectivamente, apesar do conteúdo claramente anti-colonial da carta de 1963, e apesar da criação pela OUA do Comité de apoio à Descolonização, raros foram os países africanos que ultrapassaram o mero apoio diplomático à luta de libertação: A Argélia, a Guiné-Conakry, o Gana, até ao golpe de estado de Buzia, Marrocos, até à queda de Ben Barka, a Zâmbia, a Tanzânia e o Congo. Nessas circunstâncias, foi precisa uma diligente actividade diplomática para conseguir com que os países africanos em geral adoptassem uma atitude política activa de apoio à luta do PAIGC e dos outros movimentos de libertação das colónias portuguesas. A reunião do Conselho de Segurança em Addis Abeba, em 1982, realizada apesar das posições reticentes das potências ocidentais, foi o ponto alto desse apoio.

3. Em relação aos países Ocidentais

Foi igualmente importante a acção diplomática que o PAIGC desenvolveu junto dos países ocidentais, sobretudo os que não tinham tradição colonialista, e junto das forças progressistas dos países membros da NATO.

Em Abril de 1965, Cabral realiza a primeira visita à Holanda para exportar os objectivos da luta do PAIGC e mover apoios no sentido de convencer Portugal a negociar. A televisão holandesa visita as zonas libertadas, deputados holandeses deslocam-se à Guiné e o Partido Trabalhista Holandês chega a exigir a saída de Portugal da NATO.

Em Julho de 1970, em Itália, realiza-se a Conferência Internacional de Solidariedade com os povos das colónias portuguesas e, a 1/7/70, Cabral, Neto e Marcelino dos Santos são recebidos pelo Papa o que desencadeou uma onda de protestos em Portugal.

Em Outubro de 1971, Cabral é recebido pelo Doutor Uhrokekkonen, Presidente da Finlândia, coroando um já longo e bem enraizado processo de relações amigáveis com os países nórdicos, nomeadamente a Suécia. Cabral tinha tido contactos com Olof Palme desde os fins dos anos 60. Chegara a ser convidado a assistir um Congresso do Partido Social Democrata Sueco. A deputada Birgitta Dahl visitou as áreas libertadas em Dezembro de 1970 e, na sequência dessa visita, a Suécia passou a fornecer ao PAIGC uma ajuda humanitária importante. A visita de Cabral à Finlândia foi considerada pela comunicação social finlandesa o mais importante objecto de interesse na altura. O Governo decidiu fornecer ao PAIGC uma importante ajuda material.

Nos países que apoiaram Portugal, o PAIGC constituiu contactos importantes. Nos EUA, estabeleceu boas relações com o African-American Institute, com o American Committee em África e com vários senadores. Em Fevereiro de 1970, Cabral é convidado a discursar na Universidade de Siracusa e a 15/10/72 na de Lincoln. Em Inglaterra e em França criaram-se comitês de apoio e divulgação da luta de libertação.

O PAIGC esforçou-se por manter abertas as portas do diálogo com Portugal. Marcou sempre a diferença entre o povo e o Governo. Desenvolveu esforços no sentido de levar os combatentes a respeitar os soldados portugueses que se entregassem ou que fossem feitos prisioneiros pelas forças armadas da guerrilha. Em 1974, em Lisboa, um oficial superior português contou a Pedro Pires que uma das razões da sua admiração pelo PAIGC advinha do facto de que uma vez tinham caído numa emboscada nas matas de Foriã no sul da Guiné e deixaram atrás um ferido, convencidos que tinha morrido. Qual não foi o seu espanto quando o PAIGC entregou esse homem, curado, à Cruz Vermelha Internacional, em Alger.

O PAIGC evitava sempre agredir o povo português na acção política interna e diplomática. Por diversas vezes estendeu o ramo da paz ao Governo Português. Em 1963, uma delegação da OUA contactou Portugal, sem obter resposta; a ONU propôs negociações reiteradas vezes; finalmente, de 25-29 de Março

de 1974, uma missão chefiada por Silvino da Luz estabeleceu contactos em Londres com um diplomata português. O contacto tinha sido organizado graças aos bons ofícios do Presidente Gowon da Nigéria e com o apoio dos ingleses. Falou-se do termo da luta na Guiné. A queda do regime um mês depois deu novo rumo ao processo.

3. As negociações de independência: a reafirmação duma política de paz.

A atitude do PAIGC na sequência dos acontecimentos de 25 de Abril em Portugal constituiu prova iniludível da extrema coerência com que o Partido tratava as questões do diálogo e da paz. Efectivamente, decorrido menos de um mês após o 25 de Abril de 1974, o Comité Executivo da Luta do PAIGC, reunido em Boé, toma a iniciativa de endereçar aos novos governantes portugueses uma "proposta concreta de paz". (23) Fê-lo não obstante diversos elementos da situação que se vivia poderem aconselhar o contrário e mau grado as admoestações de entidades amigas e de companheiros de luta.

Efectivamente, por um lado, a direcção política que emergiu da Revolução de Abril não podia merecer a confiança plena dos dirigentes do Partido. Constituída, no essencial, por militares que o PAIGC conhecera como adversários, era presidida pelo General Spínola que se notabilizara na Guiné pela política da Guiné melhor, a animosidade contra os Caboverdeanos, a agressão a Conakry e o assassinato de Cabral.

Por outro lado, a situação política e militar nas frentes de batalha era extremamente favorável ao PAIGC que, com milhares de homens no terreno e equipamento moderno, reforçara o seu controle nas zonas libertadas e aprimorara as suas capacidades ofensivas. A nível internacional, diversos Estados haviam reconhecido a República da Guiné-Bissau. Nesse contexto de desconfiança em relação a Portugal e grande moral das forças em combate, poderia o PAIGC decidir de forma contrária, tentando a vitória puramente militar, cuja hipótese, aliás, havia vários meses era constantemente referida por meios entendidos portugueses.

Todavia, optou pela política de paz. A declaração de Boé retoma, neste novo contexto, os elementos principais do discurso que o PAIGC laboriosa e coerentemente mantivera durante os 17 anos de luta política e 11 de luta armada já decorridos:

- A vontade de uma solução negociada do conflito;
- A diferença entre o colonialismo português e o povo português;
- A vontade de uma cooperação futura entre os três países.

"Propõe ao novo poder político estabelecido em Portugal a abertura imediata de negociações em vista da procura de uma solução política para o conflito que opõe o nosso povo ao Estado Português" (24).

É na sequência desta declaração e de aberturas manifestas pelos novos dirigentes portugueses que o Secretário-Geral do Partido encontra o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Mário Soares, no Senegal, de 6-17 de Maio de 1974 e marca o início das conversações para 15 dias depois, em Londres.

Todo o processo foi conscientemente preparado de modo a facilitar a tarefa dos novos dirigentes em Portugal. Considerava o PAIGC que era importante aplainar o caminho dos elementos anti-colonialistas. Foi por isso que se optou por Dakar e não, por exemplo, Conakry, para o encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português e aceitou-se Londres e não qualquer outra capital mais amiga do Partido para as conversações de paz.

Essa opção acarretou algumas dificuldades ao PAIGC, que teve que explicar a amigos. Uns compreenderam-na logo, outros não. Na verdade, vistas as indefinições do poder em Portugal, parecia inoportuno o momento. Além disso, o lugar não inspirava confiança. Londres fora sempre um dos mais fiéis aliados de Portugal. Como refere o Diário de Notícias de 5/12/71, a Inglaterra e a Espanha franquista foram os únicos países europeus que votaram contra a resolução da Assembleia Geral da ONU que "censurou Portugal por não ter dado a independência às suas províncias africanas e não ter suspenso o combate ao território".

Sekou Touré, por exemplo, reagiu violentamente à notícia. Apesar de ela ter-lhe sido transmitida pessoalmente pelo Secretário-Geral do PAIGC no dia seguinte ao regresso deste encontro de Dakar, o Presidente Guineense denunciou publicamente o Partido pelas ondas da rádio de Conakry apelidando-o de "traidor da África" por ter aceite reunir-se em Londres, "a mãe do imperialismo em África".

A República da Guiné tinha sido o bastião do PAIGC durante a luta ar

mada, fora retaguarda segura e apoio fraternal para o Movimento de Libertação e, se Sekou Touré mais nada houvera feito que o notabilizasse como líder africano, mereceria um lugar na história do continente pelo contributo decisivo que deu ao nascimento dos dois Estados do PAIGC. Todavia, o Partido prezava o seu direito de opção e, em reunião realizada tempos depois com o Bureau Político do PDG, Aristides Pereira reafirmou a vontade de negociar. "O PAIGC sempre dissera que a luta armada lhe fora imposta pela intransigência do inimigo. A partir do momento em que se descortinavam hipóteses reais de negociar, a direcção do Partido já não se sentia com o direito de arriscar nem mais uma vida dos seus militantes, nem na necessidade de prosseguir a guerra contra o adversário. Aceitava o diálogo que lhe era proposto".

Estocolmo teria sido para o PAIGC um excelente local para a realização das negociações. O Governo sueco estabelecera com o Partido relações de respeito e cooperação consequentemente mantidas apesar de pressões diversas. Mereceria, portanto, albergar esse encontro de paz. Ana Maria Cabral foi a mensageira que o Partido escolheu para comunicar a Olof Palme a eminência das negociações com Portugal e as razões da eleição de Londres. Mais uma vez, o Partido Social Democrata Sueco reafirmou ao PAIGC sua amizade e seu apoio.

Apesar do espírito manifestado pelo PAIGC, não foram fáceis as conversações com Portugal. Os negociadores portugueses quiseram fazer tábua rasa das conquistas do PAIGC a nível tanto interno como internacional, levá-lo a renegar a independência declarada no ano anterior e já reconhecida por dezenas de países e participar num processo "aberto" de discussão da autodeterminação da Guiné-Bissau. Ou seja, tratava-se de uma resposta limitada ao memorandum ao Governo português de 1960, com 14 anos de atraso. Quanto a Cabo Verde, nem quiseram discutir o tema

Não obstante essa atitude e o recrudescimento das dúvidas em militantes e amigos que ela suscitou, o PAIGC não rompeu as negociações nem assumiu qualquer acto precipitado. No terreno, os militantes das frentes de guerra estabeleciam contactos pacíficos com a tropa portuguesa e era cada vez mais claro que não seria possível recomeçar a guerra colonial na Guiné. Em Alger, após duas sessões trabalhosas, as delegações assinam, a 26/8/74, o Acordo entre o Governo português e o Partido Africano de Independência da Guiné e de Cabo Verde pelo qual se estabelecia o reconhecimento "de jure" da República da Guiné-Bissau pelo Estado português e a reafirmação, por este, do direito do povo caboverdeano à autodeterminação e